



# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

**Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de  
acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

## ÍNDICE

Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	10
3. Principais práticas contábeis.....	11
4. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador .....	16
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Aplicações financeiras.....	17
7. Caixa restrito .....	17
8. Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias .....	18
9. Imobilizado.....	19
10. Intangível.....	22
11. Empréstimos e financiamentos.....	25
12. Tributos e encargos sociais a recolher .....	26
13. Encargos regulatórios a recolher .....	26
14. Provisões .....	27
15. Patrimônio líquido.....	27
16. Receita operacional bruta .....	28
17. Resultado financeiro.....	30
18. Imposto de renda e contribuição social .....	30
19. Transações com partes relacionadas.....	30
20. Instrumentos financeiros .....	31
21. Seguros .....	33
22. Eventos subsequentes.....	33
22. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário .....	34
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	40

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60	639
Aplicações financeiras	6	11.782	5.029
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	8	1.445	951
Estoques		560	590
Serviços em curso	9	9	10
Tributos e contribuições a compensar		21	-
Despesas pagas antecipadamente		79	98
		<b>13.956</b>	<b>7.317</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	7	2.337	2.239
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	8	166	163
		<b>2.503</b>	<b>2.402</b>
Imobilizado	9	99.263	102.920
Intangível	10	17.846	16.169
		<b>117.109</b>	<b>119.089</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>133.568</b>	<b>128.808</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		96	295
Empréstimos e financiamentos	11	5.803	5.932
Tributos e encargos sociais a recolher	12	201	157
Encargos regulatórios a recolher	13	9	9
Outros		135	355
		<b>6.244</b>	<b>6.748</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	11.806	16.890
Provisões	14	1.605	-
Encargos regulatórios a recolher	13	280	194
		<b>13.691</b>	<b>17.084</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15 (a)	83.055	83.055
Reservas de lucros	15 (c)	30.578	21.921
		<b>113.633</b>	<b>104.976</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>133.568</b>	<b>128.808</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2019	2018
<b>Operações em continuidade</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão	16	19.765	18.779
		<b>19.765</b>	<b>18.779</b>
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(128)	(121)
COFINS		(592)	(558)
		<b>(720)</b>	<b>(679)</b>
<b>Encargos</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR		(508)	(413)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(71)	(68)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(183)	(174)
		<b>(762)</b>	<b>(655)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>18.283</b>	<b>17.445</b>
<b>Custos e despesas</b>			
Pessoal		(293)	(1.523)
Material		(47)	(111)
Serviços de terceiros		(991)	(1.469)
Provisão para demandas judiciais		(1.534)	(179)
Depreciação e amortização		(4.160)	(4.144)
Seguros		(14)	(17)
Doações, contribuições e subvenções.		(26)	(17)
Arrendamento e aluguéis		(323)	(344)
Tributos		(11)	(9)
Gastos diversos		(120)	(23)
		<b>(7.519)</b>	<b>(7.836)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>10.764</b>	<b>9.609</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(continuação)	Nota	2019	2018
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	17	557	430
Despesas financeiras	17	(1.891)	(2.319)
		<b>(1.334)</b>	<b>(1.889)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>9.430</b>	<b>7.720</b>
Despesas com imposto de renda e contribuição social Corrente	18	(773)	(697)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.657</b>	<b>7.023</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.657</b>	<b>7.023</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b><u>8.657</u></b>	<b><u>7.023</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

## Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendo não distribuído	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>83.055</b>	<b>3.423</b>	<b>12.674</b>	<b>(15.146)</b>	<b>19.247</b>	-	<b>103.253</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.023	7.023	
Destinação do lucro									
Reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	26.270	-	(26.270)	-	
Reserva de lucros a realizar	15 (c)	-	-	-	-	(19.247)	19.247	-	
Dividendos Intermediários		-	-	(5.300)	-	-	-	(5.300)	
<b>Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)</b>		<b>83.055</b>	<b>3.423</b>	<b>7.374</b>	<b>11.124</b>	-	-	<b>104.976</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	8.657	8.657	
Destinação do lucro									
Reserva legal	15 (c)	-	223	-	-	-	(223)	-	
Reserva especial de dividendo não distribuído	15 (c)	-	-	1.058	-	-	(1.058)	-	
Reserva de retenção de lucros	15 (c)	-	-	-	7.376	-	(7.376)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>83.055</b>	<b>3.646</b>	<b>8.432</b>	<b>18.500</b>	-	-	<b>113.633</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.657</b>	<b>7.023</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.158	4.144
Provisão para demandas judiciais	1.500	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	1.815	2.259
	<u><b>16.130</b></u>	<u><b>13.426</b></u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Caixa restrito	(98)	864
Concessionárias e permissionárias	(494)	259
Despesas pagas antecipadamente	19	(98)
Serviços em curso	-	232
Estoques	30	-
Tributos e contribuições a compensar	(21)	-
Outros	-	4
	<u>(564)</u>	<u>1.261</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(199)	(84)
Tributos e encargos sociais a recolher	44	(33)
Encargos regulatórios a recolher	73	(226)
Provisões	-	(187)
Outros	(220)	(182)
	<u>(302)</u>	<u>(712)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumidas pelas) atividades operacionais</b>	<u><b>15.264</b></u>	<u><b>13.975</b></u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	(6.753)	913
Imobilizado (nota 9 (b))	(285)	(270)
Intangível (nota 10 (b))	(1.893)	(2.061)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>	<u><b>(8.931)</b></u>	<u><b>(1.418)</b></u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de empréstimos (principal) (nota 11)	(5.084)	(5.067)
Pagamentos de empréstimos (juros) (nota 11)	(1.828)	(2.265)
Dividendos pagos	-	(5.300)
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento</b>	<u><b>(6.912)</b></u>	<u><b>(12.632)</b></u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(579)</b></u>	<u><b>(75)</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	639	714
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>60</u>	<u>639</u>
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(579)</b></u>	<u><b>(75)</b></u>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$579 (R\$510 em 2018).

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”), constituída em 13 de dezembro de 2006, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre C Cristal, andar 5,6 e 7, Vila Gertrudes. Autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### 1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
004/2007	30	23.04.37	5 anos	2022	IPCA	19.030	06/19

Linha de Transmissão Neves 1 - Mesquita, 500 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 172 km, com origem na Subestação Neves 1 e término na Subestação Mesquita, ambas localizadas no Estado de Minas Gerais, que entrou em operação em 19 de dezembro de 2008.

O Contrato de Concessão nº 004/2007, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

#### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são distintas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 22 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

### 3 Principais práticas Contábeis Regulatórias

#### 3.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida no momento em que a ONS apura/ reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

#### 3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2012.

#### 3.3 Impostos e encargos setoriais sobre a receita

##### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

##### (b) Encargos setoriais

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

###### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

###### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 13).

###### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

#### (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

## 3.4 Instrumentos financeiros

### (a) Ativos financeiros

#### (i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para impairment.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

#### (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

#### (iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

#### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

### 3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

### 3.6 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

## **Demonstrações dos fluxos de caixa**

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitida (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (nota 16.3).

#### **3.7 Estoques**

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

#### **3.8 Imobilizado em serviço e em curso**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em Curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

#### **3.9 Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

#### **3.10 Arrendamentos**

##### **(a) A Companhia como arrendatária**

- Arrendamentos operacionais

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 14 (a).

### 3.14 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.15 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e de 2019:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- **CPC nº48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 - Leases) e Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

- **ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	<u>60</u>	<u>639</u>
	<u><b>60</b></u>	<u><b>639</b></u>

### 6 Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		6.677	5.029
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	<b>98,5%</b>	<u>5.105</u>	<u>-</u>
		<u><b>11.782</b></u>	<u><b>5.029</b></u>

A Companhia concentra suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

### 7 Caixa restrito

O saldo de caixa restrito é de R\$2.337 (R\$2.239 em 2018), e refere-se à conta reserva dos serviços da dívida, vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Companhia deverá manter conta reserva de no mínimo três vezes o valor da última parcela vencida com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,3, apurado anualmente, incluindo parcela de principal e juros (nota 11). No caso do ICSD inferior a 1,3 a conta reserva deverá ser composta por no mínimo seis vezes o valor da última parcela vencida.

A conta reserva dos serviços da dívida será movimentada exclusivamente para quitação de prestações ou no momento em que a Companhia for dispensada da manutenção da reserva dada pelo BNDES, conforme critérios estabelecidos no contrato de financiamento. O responsável pelas movimentações da conta é o Banco do Brasil S.A., onde os recursos estão depositados.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8 Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias

	<u>Corrente a vencer</u>	<u>Corrente vencida</u>				<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>		
<b>Transmissão de Energia</b>							
Encargos de Uso da Rede Elétrica	<u>1.432</u>	<u>9</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>166</u>	<u>1.611</u>	<u>1.114</u>
	<b><u>1.432</u></b>	<b><u>9</u></b>	<b><u>3</u></b>	<b><u>1</u></b>	<b><u>166</u></b>	<b><u>1.611</u></b>	<b><u>1.114</u></b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 9 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis e imóveis utilizados pela Companhia e aplicados na operação de transmissão de energia, vinculados aos contratos de concessão. O imobilizado é depreciado conforme taxas anuais de depreciação previstas pelo Órgão Regulador.

#### (a) Imobilizado em serviço

	<u>Custo em</u> <u>2018</u>	<u>Adições</u> <u>(A)</u>	<u>Baixas</u> <u>(B)</u>	<u>Transferências</u> <u>(C)</u>	<u>Custo em</u> <u>2019</u>	<u>Adições</u> <u>líquidas =</u> <u>(A)-</u> <u>(B)+(C)</u>	<u>Depre-</u> <u>ciação</u> <u>acum.</u>	<u>Saldo em</u> <u>2019</u>	<u>Saldo em</u> <u>2018</u>
<b>Transmissão</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	906	-	-	-	906	-	(360)	546	578
Máquinas e equipamentos	128.287	-	-	-	128.287	-	(41.325)	86.962	90.833
Móveis e utensílios	5	-	-	-	5	-	(4)	1	1
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	592	-	-	12	604	12	(75)	529	556
Móveis e utensílios	2	-	-	-	2	-	(1)	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>129.792</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>129.804</b>	<b>12</b>	<b>(41.765)</b>	<b>88.039</b>	<b>91.969</b>

## Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### (b) Imobilizado em curso

	<u>Custo em 2018</u>	<u>Adições (A)</u>	<u>Baixas (B)</u>	<u>Transferências (C)</u>	<u>Custo em 2019</u>	<u>Adições líquidas = (A)-(B)+(C)</u>	<u>Depre- ciação acum.</u>	<u>Saldo em 2019</u>	<u>Saldo em 2018</u>
<b>Transmissão</b>									
Máquinas e equipamentos	309	-	-	-	309	-	-	309	309
Outros	10.302	258	-	-	10.560	258	-	10.560	10.302
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	340	27	-	(12)	355	15	-	355	340
<b>Subtotal</b>	<u>10.951</u>	<u>285</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>11.224</u>	<u>273</u>	<u>-</u>	<u>11.224</u>	<u>10.951</u>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<u>140.743</u>	<u>285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>141.028</u>	<u>285</u>	<u>(41.765)</u>	<u>99.263</u>	<u>102.920</u>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (c) Taxas anuais de depreciação

		2019		2018	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,62%	906	(360)	546	578
Máquinas e equipamentos	3,83%	128.287	(41.325)	86.962	90.833
Móveis e utensílios	6,25%	5	(4)	1	1
Administração					
Máquinas e equipamentos	6,62%	604	(75)	529	556
Móveis e utensílios	6,25%	2	(1)	1	1
		<b>129.804</b>	<b>(41.765)</b>	<b>88.039</b>	<b>91.969</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		10.869	-	10.869	10.611
Administração		355	-	355	340
		<b>11.224</b>	<b>-</b>	<b>11.224</b>	<b>10.951</b>
		<b>141.028</b>	<b>(41.765)</b>	<b>99.263</b>	<b>102.920</b>

### (d) Composição das adições do imobilizado em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	Material/Equipamentos	Total
Máquinas e equipamentos	27	27
Material em depósito	30	30
Adiantamentos a fornecedores	228	228
<b>Total das adições</b>	<b>285</b>	<b>285</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10 Intangível

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão; e (ii) gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente no prazo de 5 anos.

#### a) Ativo intangível em serviço

	Custo em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2019	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Amorti- zação acum.	Saldo em 2019	Saldo em 2018
<b>Transmissão</b>									
Servidões	4.455	-	-	-	4.455	-	-	4.455	4.455
<b>Administração</b>									
Softwares	1.082	-	-	-	1.082	-	(1.074)	8	224
<b>Subtotal</b>	<b>5.537</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.537</b>	<b>-</b>	<b>(1.074)</b>	<b>4.463</b>	<b>4.679</b>

#### b) Ativo intangível em curso

	Custo em 2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2019	Adições líquidas = (A)- (B)+(C)	Amorti- zação acum.	Saldo em 2019	Saldo em 2018
<b>Transmissão</b>									
Servidões	11.490	1.893	-	-	13.383	1.893	-	13.383	11.490
<b>Administração</b>									
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>11.490</b>	<b>1.893</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.383</b>	<b>1.893</b>	<b>-</b>	<b>13.383</b>	<b>11.490</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>17.027</b>	<b>1.893</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.920</b>	<b>1.893</b>	<b>(1.074)</b>	<b>17.846</b>	<b>16.169</b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Taxas anuais de amortização

		<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Taxas anuais médias de amortização (%)</u>	<u>Bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
<b>Em Serviço</b>					
Transmissão					
Serviços	-	4.455	-	4.455	4.455
Administração					
Softwares	20,00%	1.082	(1.074)	8	224
		<u>5.537</u>	<u>(1.074)</u>	<u>4.463</u>	<u>4.679</u>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		13.383	-	13.383	11.490
Administração		-	-	-	-
		<u>13.383</u>	<u>-</u>	<u>13.383</u>	<u>11.490</u>
		<u>18.920</u>	<u>(1.074)</u>	<u>17.846</u>	<u>16.169</u>

### d) Composição das adições do intangível em curso

A composição de adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

	<u>Serviços de Terceiros</u>	<u>Total</u>
Serviços	1.893	1.893
<b>Total das adições</b>	<u>1.893</u>	<u>1.893</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 11 Empréstimos e financiamentos

#### a) Composição dos saldos

	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + Juros LP</u>	<u>Saldo total</u>	<u>Adimplente</u>	<u>Data da captação /Repactuação</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>Indexador ou juros</u>	<u>Spread % a.a.</u>	<u>Data do próximo pagto juros (*)</u>	<u>Frequência de pagto juros</u>	<u>Data da próxima amortização (*)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Frequência da amortização</u>	<u>Sistemática amortização</u>
Moeda nacional	<u>736</u>	<u>5.067</u>	<u>11.806</u>	<u>17.609</u>											
BNDES 08.2.0770.1	736	5.067	11.806	17.609	sim	mar-09	Recebíveis	TJLP	2,39%	15/01/20	Mensal	15/01/20	17/04/23	Mensal	SAC

(\*) pagamento foi realizado na data prevista.



# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

## **Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

Em 2009, a Companhia obteve recursos junto ao BNDES para financiar a linha de transmissão constante no contrato de concessão 004/2007, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011.

Existe interveniência da controladora CTEEP nos contratos de financiamento de BNDES.

O contrato de BNDES possui cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros. Na ocorrência do não cumprimento dos indicadores há cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### e) Composição do endividamento e dívida líquida

	<u>Juros de curto Prazo</u>	<u>Principal curto prazo</u>	<u>Principal + LP</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida bruta					
Moeda nacional	736	5.067	11.806	17.609	22.822
Ativos financeiros		(11.842)	(2.337)	(14.179)	(7.907)
<b>Dívida líquida</b>				<b><u>3.430</u></b>	<b><u>14.915</u></b>

### 12 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda	80	73
Contribuição social	62	48
COFINS	44	22
PIS	10	5
Outros	5	9
	<b><u>201</u></b>	<b><u>157</u></b>

### 13 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	289	203
	<b><u>289</u></b>	<b><u>203</u></b>
Circulante	<b><u>9</u></b>	<b><u>9</u></b>
Não circulante	<b><u>280</u></b>	<b><u>194</u></b>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 14 Provisões

#### (a) Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ações cíveis no valor de R\$1.605. Em 31 de dezembro de 2018, não há demandas judiciais com probabilidade de perda provável.

#### (b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui quatro ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$2.382 em 2019 (R\$2.105 em 2018).

### 15 Patrimônio Líquido

A constituição das reservas de capital e de lucros, bem como a destinação dos lucros do exercício são efetuadas atendendo o previsto no Estatuto da Companhia e na legislação da Lei nº 6.404/1976 (lei das Sociedades Anônimas), que tomam como base as demonstrações financeiras estatutárias, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC e as Normas Internacionais de Contabilidade, que são auditadas pela mesma empresa que audita a DCR e foram aprovadas em 12 de março de 2020 e disponibilizadas em 13 de março de 2020.

#### (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2019 e 2018 é de 83.055.292, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2019 e 2018 totaliza R\$83.055 e está representado por ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

#### (b) Dividendos

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$5.300, correspondentes a R\$0,063813 por ação ordinária. O respectivo dividendo originou de parte da reserva especial de dividendos não distribuídos.

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido societário, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (c) Reservas de lucros

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado*)
Reserva legal (i)	3.646	3.423
Reserva de retenção de lucros (ii)	18.500	11.124
Reserva especial de dividendo não distribuído (iii)	<u>8.432</u>	<u>7.374</u>
	<u><b>30.578</b></u>	<u><b>21.921</b></u>

(\*) Os saldos das reservas legal, dividendos não distribuídos e de retenção de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentados devido a reapresentação das demonstrações financeiras societárias do exercício de 2018, em conformidade com os requerimentos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico que determina que a constituição das reservas de lucros devem ser baseadas nas demonstrações financeiras societárias.

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

#### (ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender ao orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

#### (iii) Reserva especial de dividendo não distribuído

A Lei 6.404/76, artigo 202 § 5º prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial a fim de subsidiar novos investimentos em reforços e o cumprimento das obrigações contratuais junto ao BNDES.

### 16 Receita operacional bruta

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receita bruta</b>		
Rede básica	<u>19.765</u>	<u>18.779</u>
	<u><b>19.765</b></u>	<u><b>18.779</b></u>

#### 16.1 Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo VI dos referidos contratos;
- b) das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- c) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

### 16.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa n.º 782/2017, atualizou a REN n.º729/16, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 16.3 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.565, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

De acordo com a Resolução Homologatória n.º 2.565, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Companhia (contrato 004/2007), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$18.120 em 01 de julho de 2018, passou para R\$19.030 em 01 de julho de 2019, apresentando um aumento de R\$910, equivalente a 5,02%.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Total
	Licitada	Parcela de ajuste	
004/2007	19.705	(675)	19.030
	<b>19.705</b>	<b>(675)</b>	<b>19.030</b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>17 Resultado financeiro</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	544	404
Juros ativos	7	10
Variações monetárias	2	3
Outras	4	13
	<u>557</u>	<u>430</u>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 11)	(1.699)	(2.246)
Juros passivos	-	(3)
Variações monetárias	(118)	(13)
Outras	(74)	(57)
	<u>(1.891)</u>	<u>(2.319)</u>
	<u><b>(1.334)</b></u>	<u><b>(1.889)</b></u>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

Desde janeiro de 2015, entrada em vigor da Lei 12.973/14, o imposto de renda e contribuição social são apurados a partir do lucro societário, no qual a despesa de imposto de renda e contribuição social correntes totaliza R\$773 (R\$697 em 2018), que representa o valor efetivamente recolhido a Receita Federal do Brasil, para o exercício de 2019.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

## 19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

<b>Natureza da operação</b>	<b>Partes relacionadas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
		<b>Passivo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Receita/ (Despesa)</b>	<b>Receita/ (Despesa)</b>
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	58	202	(262)	(97)
Prestação de serviços	CTEEP	14	13	(155)	(938)
		<u>72</u>	<u>215</u>	<u>(417)</u>	<u>(1.035)</u>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e a ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas e negociadas contratualmente entre as partes.

## 20 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Caixa e bancos	-	60	639
Aplicações financeiras	2	11.782	5.029
Caixa restrito	2	2.337	2.239
Empréstimos e recebíveis			
Concessionárias e Permissionárias			
Circulante	-	1.445	951
Não circulante	-	166	163
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	-	5.803	5.932
Não circulante	-	11.806	16.890
Fornecedores	-	96	295

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Financiamentos

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	5.803	5.932
Não circulante	<u>11.806</u>	<u>16.890</u>
Dívida total	17.609	22.822
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>11.842</u>	<u>5.668</u>
Dívida líquida	5.767	17.154
Patrimônio líquido regulatório	113.633	104.976
Índice de endividamento líquido	5,08%	16,34%

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants) apurados com base nos índices de endividamento calculados a partir das demonstrações financeiras societárias e ajustados conforme previsto nos respectivos contratos (nota 11). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atende a todos os requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

### (c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP (notas 11).
- (iv) **Risco de captação** – A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida.
- (v) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente, pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.



# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## 21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/19 a 19/12/20	24.953	13
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/19 a 19/12/20	50.000(*)	-
			<b>13</b>

(\*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## 22 Eventos subsequentes

### Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Companhia vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostrarão eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nas demonstrações contábeis.

A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo, sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento diário quadro de saúde e bem estar dos colaboradores.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 23 Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Normas Internacionais de Contabilidade para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas conforme práticas regulatórias com as apresentadas conforme práticas societárias.

Ativo	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Reapresentado Societário (*)
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	60	-	60	639	-	639
Aplicações financeiras	11.782	-	11.782	5.029	-	5.029
Contas a receber -						
Concessionárias e						
Permissionárias	1.445	(1.445)	-	951	(951)	-
Ativo de concessão	-	16.260	16.260	-	15.318	15.318
Estoques	560	-	560	590	-	590
Serviços em curso	9	-	9	10	-	10
Tributos e contribuições a compensar	21	-	21	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	79	-	79	98	-	98
	<u>13.956</u>	<u>14.815</u>	<u>28.771</u>	<u>7.317</u>	<u>14.367</u>	<u>21.684</u>
<b>Ativo não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Caixa restrito	2.337	-	2.337	2.239	-	2.239
Contas a receber -						
Concessionárias e						
Permissionárias	166	(166)	-	163	(163)	-
Ativo de concessão	-	93.854	93.854	-	96.862	96.862
Estoques	-	601	601	-	571	571
	<u>2.503</u>	<u>94.289</u>	<u>96.792</u>	<u>2.402</u>	<u>97.270</u>	<u>99.672</u>
Imobilizado	99.263	(98.880)	383	102.920	(102.904)	16
Intangível	17.846	(17.839)	7	16.169	(15.946)	223
	<u>117.109</u>	<u>(116.719)</u>	<u>390</u>	<u>119.089</u>	<u>(118.850)</u>	<u>239</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><b>133.568</b></u>	<u><b>(7.615)</b></u>	<u><b>125.953</b></u>	<u><b>128.808</b></u>	<u><b>(7.213)</b></u>	<u><b>121.595</b></u>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Passivo	2019			2018		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado Societário (*)
<b>Passivo circulante</b>						
Fornecedores	96	-	96	295	-	295
Empréstimos						
eFinanciamentos	5.803	-	5.803	5.932	-	5.932
Arrendamentos	-	100	100			
Tributos e encargos sociais a recolher	201	-	201	157	-	157
Encargos regulatórios a recolher	9	-	9	9	-	9
Outros	135	-	135	355	-	355
	<u>6.244</u>	<u>100</u>	<u>6.344</u>	<u>6.748</u>	<u>-</u>	<u>6.748</u>
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos,						
Financiamentos	11.806	-	11.806	16.890	-	16.890
Arrendamentos	-	293	293			
Provisões	1.605	-	1.605			
Encargos regulatórios a recolher	280	-	280	194	-	194
PIS COFINS Diferidos	-	3.960	3.960	-	4.054	4.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.357	3.357	-	3.436	3.436
	<u>13.691</u>	<u>7.610</u>	<u>21.301</u>	<u>17.084</u>	<u>7.490</u>	<u>24.574</u>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>19.935</u></b>	<b><u>7.710</u></b>	<b><u>27.645</u></b>	<b><u>23.832</u></b>	<b><u>7.490</u></b>	<b><u>31.322</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	83.055	-	83.055	83.055	-	83.055
Reservas de lucros	30.578	(15.325)	15.253	21.921	(11.124)	10.797
Prejuízo acumulado	-	-	-	-	(3.579)	(3.579)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>113.633</u></b>	<b><u>(15.325)</u></b>	<b><u>98.308</u></b>	<b><u>104.976</u></b>	<b><u>(14.703)</u></b>	<b><u>90.273</u></b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b><u>133.568</u></b>	<b><u>(7.615)</u></b>	<b><u>125.953</u></b>	<b><u>128.808</u></b>	<b><u>(7.213)</u></b>	<b><u>121.595</u></b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2019			2018		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado Societário (*)
<b>Operações em continuidade</b>						
Disponibilização do sistema de transmissão	19.765	(2.562)	17.203	18.779	(6.333)	12.446
	19.765	(2.562)	17.203	18.779	(6.333)	12.446
<b>Tributos</b>						
PIS-PASEP	(128)	16	(112)	(121)	316	195
COFINS	(592)	76	(516)	(558)	1.454	896
	(720)	92	(628)	(679)	1.770	1.091
<b>Encargos</b>						
Reserva Global de Reversão – RGR	(508)	-	(508)	(413)	-	(413)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(71)	-	(71)	(68)	-	(68)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(183)	-	(183)	(174)	-	(174)
	(762)	-	(762)	(655)	-	(655)
<b>Receita líquida</b>	<b>18.283</b>	<b>(2.470)</b>	<b>15.813</b>	<b>17.445</b>	<b>(4.563)</b>	<b>12.882</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Pessoal	(293)	293	-	(1.523)	-	(1.523)
Material	(47)	(255)	(302)	(111)	(269)	(380)
Serviços de terceiros	(991)	(293)	(1.284)	(1.469)	-	(1.469)
Provisões para demandas judiciais	(1.534)	(1.893)	(3.427)	(179)	-	(179)
Depreciação e amortização	(4.160)	3.811	(349)	(4.144)	3.927	(217)
Seguros	(14)	-	(14)	(17)	-	(17)
Doações, contribuições e subvenções.	(26)	-	(26)	(17)	-	(17)
Arrendamento e aluguéis	(323)	140	(183)	(344)	-	(344)
Tributos	(11)	-	(11)	(9)	-	(9)
Gastos diversos	(120)	(3)	(123)	(23)	1	(22)
	(7.519)	1.800	(5.719)	(7.836)	3.659	(4.177)
<b>Resultado da atividade</b>	<b>10.764</b>	<b>(670)</b>	<b>10.094</b>	<b>9.609</b>	<b>(904)</b>	<b>8.705</b>

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Continuação	2019			2018		
	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ Ajustes	Reapresentado Societário (*)
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	557	-	557	430	-	430
Despesas financeiras	(1.891)	(31)	(1.922)	(2.319)	-	(2.319)
	<b>(1.334)</b>	<b>(31)</b>	<b>(1.365)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>-</b>	<b>(1.889)</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>9.430</b>	<b>(701)</b>	<b>8.729</b>	<b>7.720</b>	<b>(904)</b>	<b>6.816</b>
Despesas com Impostos	(773)	79	(694)	(697)	1.378	681
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>8.657</b>	<b>(622)</b>	<b>8.035</b>	<b>7.023</b>	<b>474</b>	<b>7.497</b>

(\*) Durante o exercício de 2019 a Administração da Companhia revisou as análises e discussões relacionadas aos impactos da adoção do CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente, e identificou necessidade de adequação em seu fluxo de recebimento e do valor recuperável do ativo de concessão registrado em 31 de dezembro de 2018, sendo impactado no ativo de concessão e impostos diferidos no balanço patrimonial e receita líquida e Imposto de renda e contribuição social nas demonstrações dos resultados.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

### 23.1 Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

# Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

### (a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na nota explicativa 3.7 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### (b) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

## 23.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

## 23.3 PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS refere-se às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme regime competência apresentado no balanço societário. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

## 23.4 Arrendamentos

Os ajustes de arrendamentos são relativos à adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

# **Interligação Elétrica Minas Gerais S.A.**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamentos” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$393 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$369, líquidos de depreciação.

\*\*\*

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2020.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better  
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP